

O 13 de Maio e os dias seguintes: jornaleiros, meeiros, lavradores e artesãos, economia autônoma e as possibilidades de trabalho em Sergipe após a emancipação. (1905-1912)

Camila Barreto Santos Avelino*

Resumo

Esse trabalho tem por finalidade estudar as transformações ocorridas nas relações de trabalho no contexto da abolição da escravidão e na formação do mercado de trabalho livre em Sergipe. Para tal, elegemos a Região Cotinguiba sergipano por sua importância econômica e de trabalho, além de concentrar a maior parte da “populações de cor” do estado. Pautaremos nossas observações nas trajetórias de libertos e a partir do conceito de “economia autônoma” buscaremos perceber como egressos da escravidão e seus descendentes constituíram suas experiências de vida, luta e trabalho em Sergipe, a fim de manter condições de autonomia após a emancipação. Portanto, proponho encaminhar essa abordagem apresentando as principais fontes usadas no estudo sobre economia autônoma dos libertos, tais como, processos criminais, fontes notariais, testamentos, inventários post mortem e outros tantos processos civis. Também utilizaremos os artigos da Revista Agrícola de Sergipe, publicados entre os anos de 1905 a 1908, que versam sobre a “organização do trabalho livre” e o Código Rural e o Questionário Agrícola de 1912. Lavradores, jornaleiros, meeiro, carpinteiros, “alugado” foram algumas das principais funções ocupadas pelos escravos e seus descendentes na tentativa de garantirem seu sustento, moradia e sobrevivência. Porém, pesquisas preliminares demonstram que na Região do Cotinguiba sergipano muitos libertos permaneceram nas fazendas que pertenciam aos seus ex-senhores. Através dos inventários post mortem é possível inferir que muitos libertos haviam adquirido terras, que aparecem agregadas ou não as dos seus antigos senhores, bem como, muitos destes se apropriaram de terras devolutas nessa localidade. As trajetórias que buscaremos recompor nesse estudo serão analisadas, principalmente, em torno do direito formal ou informal do acesso, usufruto ou propriedade de bens rurais. Nesse contexto de solidariedades e conflitos analisaremos o mundo do trabalho em Sergipe no pós-abolição visando elucidar quais foram as atividades desenvolvidas pelos libertos egressos do cativeiro, quais as condições laborais, faixas de salários e de que modo se processaram as relações de trabalho livre em Sergipe.

13 de Maio em Sergipe

No dia 13 de maio foi a extinção da escravidão. Foi um alvoroço grande, minha sogra chamou os escravos e comunicou a eles, **foi uma revolução. Todos ficaram fora de si, davam vivas, dançaram e não atendiam mais a pressão nenhuma** Felizmente minhas amas ficaram sossegadas. **Houve missas cantadas, bailes e grande alvoroço**, muitos falaram em mudar-se, outros ficaram. O mês todo não se teve sossego. (Grifo nosso). (Memórias de D. Sinhá – 1888)¹

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Prof^ª Dr. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro. Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia.

Os relatos sobre o 13 de maio e os dias seguintes a abolição da escravidão em Sergipe demonstram a participação efetiva dos libertos nesse acontecimento, nas palavras de Aurélia Rollemberg, mais cohecida por D. Sinhá é possível observar que o “alvorço” por parte dos libertos foram além das comemorações. Nos dias seguintes a abolição do trabalho forçado, D. Sinhá viu desmoronar toda a estrutura familiar e de trabalho que ela havia conhecido e vivenciado. A referida senhora era descendente do baronato sergipano e sua família era composta pelos Barões de Itaporanga: Domingos Dias Coelho e Melo, seu avô; pelo Barão de Estância, Antônio Dias Coelho e Melo, seu pai e, pelo Barão de Japarutuba, Manoel Rollemberg de Menezes, genitor do deputado Gonçalo de Faro Rollemberg, seu esposo, todos proprietários rurais e donos dos dois maiores engenhos sergipanos.²

Os significados das comemorações do treze de maio vivenciados por ela e seus familiares estavam carregados de outras preocupações, quanto ao futuro das relações de trabalho livre, pois, os libertos já não atendiam “pressão alguma”, além de muitos optarem por sair em busca de novas opções de trabalho e sustento. E sendo mulher a desarticulação da dinâmica doméstica após a abolição trazia-lhe grande desapontamento, pois, que haveria de garantir a continuidade dos serviços prestados por seus antigos escravos? Embora a mesma relate que suas amas permaneceram em sua companhia, o mesmo não se aplicou à sua cozinheira. Segundo ela:

“Eu fiquei muito triste e só, pois a casa que tanto desejei foi outra. **Fiquei com duas amas e comecei a lutar com a cozinheira** (Grifo nosso), mas a minha já não queria empregar-se. Felizmente Gonçalinho era estimado pelos escravos. **Esse ano eu não fui ao Escurial**”.³ Gonçalinho era tido como um “bom patrão”. Porém, com excessão das suas duas “amas”, não foram muitos os libertos que optaram por permanecerem em seus engenhos. Por gratidão, ou por outros motivos pessoais, as duas referidas escravas domésticas permaneceram em companhia dos seus antigos senhores. Entre elas, Viturina a ama mais velha, que já havia cuidado dos seus 2 (dois filhos), foi “agraciada” com a alforria de última hora, benesses muito patricada

ALBUQUERQUE, *Memórias de Dona Sinhá*, 2005. pp. 132-133.

2

Consultar, IHGS, Pac 26, cx 41. Genealogia da família Rollemberg. Descendência de Aurélia Rollemberg.

3

ALBUQUERQUE, *Memórias de Dona Sinhá*, 2005. pp 133.

entre os senhores de escravos nos meses que antecederam a abolição, a fim de conquistar a “gratidão” do liberto quando chegasse o fim do cativeiro.

As alforrias coletivas foram recursos muito utilizados pelos Senhores quando souberam da irreversibilidade da abolição. Tais atos eram realizados solenemente ganhando notoriedade pública ao serem noticiados pela imprensa como ato humanitário.⁴ Essa alternativa foi a principal estratégia dos Senhores de engenho, às vésperas da abolição, que não almejavam nada mais além do que tentar preservar a continuidade das relações de submissão dos libertos.⁵

Fui recebida no Topo por minha sogra e todos com alegria trouxe um presente bonito, minha sogra e as meninas. Meu cunhado José de Faro veio receber e na hora do jantar ele viu minha saúde. E Gonçalinho passou a liberdade a escrava d'elle Viturina ama de leite e boa ama de meus 2 filhinhos. Fiquei muito contente dessa prova d'amizade e Viturina que estava com os meninos no quarto vizinho dançou muito. (Memórias de D. Sinhá, Natal de 1887)

Certo que a abolição da escravidão não tardaria a acontecer, Gonçalinho assim como outros senhores de escravos, tratou de alforriar sua escrava doméstica, Viturina. A boa ação não foi sem propósito, pois, Aurélia estava pretas a dar a luz a seu terceiro filho, e Viturina era uma ama de leite muito estimada por sua esposa. Nas memórias de D. Sinhá, os engenhos de propriedade de sua família foram palco em 1888 da evasão de muitos escravos, apesar da suposta “benevolência” de seus proprietários. E nos momentos posteriores a abolição, a própria D. Sinhá evidencia que para essa “generosa família” restou à desordem no trabalho e a posterior solidão pelo abandono dos seus empregados. Percebemos a dificuldade em manter intactas as relações entre ex-senhores e ex-escravos, mesmo quando o antigo Senhor era estimado. Enunciado, “*esse ano eu não fui ao Escurial*” evidencia a desestruturação das antigas estruturas sociais desse engenho, nos momentos seguintes à abolição. A família certamente ficou impedida de ir ao Escurial, onde passavam as férias juntos, porque, assim como o outro engenho da família, esse tinha ficado com pouco ou quase nenhum elemento servil.

Nas palavras de Aurélia Rollemberg, estão implícitas as preocupações com relação aos caminhos e descaminhos da liberdade para libertos e seus antigos senhores. Mesmo considerando

4

FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da liberdade*, 2006. p.117.

5

Lilia Moritz também aponta que em São Paulo, vários jornais publicaram notas de engrandecimento aos senhores de engenhos, que concediam alforrias em massa a seus escravos. Para essa autora, assim com para Walter Fraga, a intenção era assegurar a continuidade dos trabalhadores nas suas fazendas. Ver, SCHAWRCZ, *Quase cidadão*, 2007. p.27.

a estima dos seus ex-escravos por seu marido, Gonçalo Rollemberg, o “protecionismo” não foi mais forte que o desejo de liberdade e nem mais atrativo que a oportunidade de se desvencilhar de seus antigos trabalhos/senhores e talvez de todas as representações que a permanência nos antigos engenhos simbolizava.⁶ Para alguns libertos, o fim do cativeiro possibilitou optar por “outros meio de vida”.⁷

A liberdade em jogo: caminhos da pós-emancipação em Sergipe

Dizer para que se saiba fora das nossas fronteiras, que é o **negro boçal, o caboclo indolente, ou o mestiço sem ambição**, todos fracos, mal alimentados, sem interesses ligados ao solo, nômades, maltrapilhos, ignorantes e adoentados na maior parte pelo abuso do álcool, pelo impaludismo e mesmo pelo efeito da vida errante que levam de fazenda em fazenda, a procura de melhor ganho.⁸
(grifo nosso)

Os trabalhadores de cor, livre e pobre, como citado na epígrafe, eram caracterizados de forma bastante pejorativa pelas elites sergipanas. Para os proprietários rurais, a inconstância desses trabalhadores representava o verdadeiro motivo para os prejuízos da agricultura. O que estava em pauta era como utilizar a grande massa de trabalhadores livres ou que havia se libertado em favor da lavoura, visto que muitos deles se recusavam ao trabalho do eito, problemas que representavam os motivos da crise para a elite senhorial, registradas em diversos artigos publicados na *Revista Agrícola*. A questão da “falta de braços para a lavoura” passou a representar o núcleo das preocupações sócio-econômicas para essa classe, das elites que se expressava através dos principais órgãos da imprensa local.

6

Analisando a região Sul dos Estados Unidos entre os anos de (1865-1877) após-emancipação, Eric Foner discute os significados da liberdade para os negros emancipados. Ver FONER, Eric, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, 1988. Ver também do autor, *Os Significados da liberdade*. In: *Revista Brasileira de História*. Escravidão. ANPUH, marco zero v. 8, n° 16. São Paulo. 1987.

7

Para analisar libertos que optaram por outras vias de trabalho na Bahia, consultar os autores Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga em suas obras supracitadas. Consultar o caso do escravo do Barão de viçosa.

8

Revista Agrícola, n° 8 de 26/04/1905. p 67.

Além da *Revista Agrícola* diversos jornais publicavam notas, reiterando os discursos dos proprietários rurais, o que se justifica, porque muitos desses periódicos pertenciam as elites donos de propriedades agrícolas em Sergipe. *O Progresso*, de Maruim, ressalta essas preocupações ao afirmar que “a falta do braço em Sergipe é o centro sobre o qual convergem todas as decepções da fortuna particular”.⁹ Com a abolição, esse discurso aumentou, visto que para os ex-senhores a continuidade do trabalho estava sendo posta em risco, “os muitos braços válidos que possui, tem uma existência verdadeiramente negativa, porque já não são propriedades do fazendeiro (...) justa é essa objeção que sem medo de erro, se pode afirmar que não temos braços suficientes para a manipulação do trabalho”.¹⁰

Nesse contexto, a abolição da escravidão, enquanto explicação das dificuldades econômicas de Sergipe vai recebendo um peso crescente. Foi publicado no Jornal *O Republicano*:

Até a extinção do elemento servil, que foi a mais devastadora entre todos, visto que o governo que a promulgou, adormeceu a sombra dos louros, esquecendo-se que acabara de arrancar a milhares de famílias o único meio de subsistência, e que lhes abria a porta da miséria, não curando de um auxílio que atenuasse, senão todo, ao menos em parte, o mal que lhe causara para a gloria da nação¹¹.

A partir da Abolição, em 13 de maio de 1888, e da República, em 15 de novembro de 1889, a preocupação em obter e manter o controle social sobre a mão-de-obra ganhou centralidade para os republicanos e também para os proprietários rurais. Isso quer dizer que, a mobilidade atribuída ao liberto, por meio da qual, buscava maior autonomia, passou a ser vista como algo a ser combatido pelo Estado. Fixar o liberto nas

9

BEPD, Jornal *O Progresso* de 20/10/1895.

10

BEPD, Jornal *O Republicano* de 28/06/1890.

11

BEPB, Jornal *O Republicano* de 12/03/1891.

propriedades rurais e compeli-lo ao trabalho regular e disciplinado eram prioridades, especialmente nas regiões para as quais não houve imigração em massa, a exemplo de Sergipe.

Analisando a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste, Josué Subrinho estudando as “propostas de engajamento da população livre” sergipana durante a crise do escravismo, esse autor revela que, apesar da grande oferta de mão-de-obra livre, esta era vista apenas como “complementar ao trabalho escravo na produção de açúcar”. Isto devido às “possibilidades de subsistência fora do âmbito da propriedade açucareira: ocupando terras desvalorizadas, agregando-se a propriedades não açucareiras e subsistindo da apropriação de elementos da natureza, faziam com que essa população fosse uma fonte insegura e, por vezes, relutante de oferta de força de trabalho”.¹²

Em 1890, o jornal *Folha de Sergipe* defendendo a “causa” dos proprietários rurais apontou a *Lei de locação de serviços* como medida legal que poderia sanar o problema da escassez de mão-de-obra:

Pensamos sempre que para amenizar o golpe desfechado sobre a lavoura, com a perda dos escravos sem posterior indenização, curasse ao menos o governo de publicar uma **lei de locação de serviços** (grifo nosso) que viesse remediar o mal causado (...) não seria certamente uma lei que oferece opções genéricas para o estabelecimento de contrato entre partes igualmente livres, mas antes a locação de restrições sobre a liberdade de vender a sua força de trabalho, obtida pela população livre. **O trabalho livre não teve uma orientação racional; não criou-se um freio para conter os ímpetos, os desmandos de todos aqueles que passaram a receber salários de mãos particulares.**¹³
(grifo nosso)

O objetivo das elites sergipanas, ao disseminar o discurso de deficiência na mão-de-obra livre e liberta, era sobretudo, conseguir controlar o trabalho livre, visto que, a experiência do trabalho forçado havia moldado as relações de poder entre os proprietários rurais e os trabalhadores. Para os ex-escravos, a liberdade significava a oportunidade de

12

SUBRINHO, *Reordenamento do Trabalho*. 2004, p 198.

13

Jornal *Folha de Sergipe*, 14/12/1890.

optarem por outros meios de vida e, sobretudo, de escolherem livremente suas atividades laborais. Segundo Walter Fraga as vivências no cativeiro serviram de parâmetro para que os ex-escravos definissem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que achavam compatíveis com a nova condição.¹⁴

Foi nesses termos que os libertos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista ou que ensejassem maior controle sobre suas vidas. Ao reclamarem da “desorganização do trabalho” nas lavouras após a abolição, os ex-senhores estavam se referindo também à recusa dos ex-escravos em se submeterem a velha disciplina do cativeiro, especialmente às longas jornadas de trabalho.¹⁵

A Revista Agrícola e a “organização do trabalho”

Pautaremos boa parte das nossas discussões sobre a “organização do trabalho” no diálogo com os discursos produzidos pelos membros da Sociedade Sergipana de agricultura e publicados nesse periódico entre os anos de 1905 a 1908. Além dos artigos da revista, buscaremos nos relatórios presidenciais bem como em fontes primárias, nas notícias jornalísticas e na bibliografia existente elucidar a problemática que envolve o tema no caso sergipano.

No artigo intitulado a *Organização do Trabalho*, podemos destacar as características atribuídas à crise da lavoura em Sergipe. A escassez da mão-de-obra era posta como a cerne da questão, como abordado no item anterior, buscava-se através desse discurso, dentre outros objetivos, implantar medidas que regulassem o trabalho livre. Como podemos observar em um trecho desse artigo.

14

FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006. p. 214.

15

Para um estudo sobre os libertos, ver OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo, Corrupio, 1988; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na 2ª metade do século XIX*, Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, 1996; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. Para o período pós-abolição, consultar a obra já citada de FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da liberdade*, 2006.

A mais grave, e mais inadiável necessidade, que reclama a lavoura entre outras, é a organização do trabalho, sobre as bases que a tornem perdurável e prolifera. Não se pode compreender como ela, já se tem, atravessado esse longo período, que decorre da abolição imediata, até hoje, ao meio da desorganização completa, da anarquia quase absoluta que nela imprime a vontade caprichosa e sem freio do trabalhador habituado a indolência, e animado pelo interesse de quem se contenta com quase nada para se viver, de quem não se ambiciona o mais diminuto pecúlio para amparar a prole e garantir o dia de amanhã.¹⁶

A inconstância dos trabalhadores, para além da visão dos proprietários rurais, pode significar a recusa desses em permanecerem e/ou aceitarem as antigas condições que moldavam as relações de trabalho, ainda no tempo da escravidão. Essas relações se tornavam ainda mais conflituosas nas regiões agrícolas, onde a definição dos direitos, privilégios e condição social dos libertos estavam marcadas pela experiência do cativo. Eric Foner argumenta que, “Toda sociedade caracterizada pela grande lavoura experimentou, ao passar por um processo de emancipação, um amargo conflito em torno do controle da mão-de-obra ou, como pode ser mais bem descrito, da formação de classes”.¹⁷

A mobilidade espacial do trabalhador livre, migrando em muitos casos entre fazendas próximas, traduzia a esperança de talvez alcançar melhores condições de trabalho e oportunidade de conquistarem suas próprias terras. Para os proprietários rurais, essa mobilidade representava o desejo de rompimento dos libertos com as lembranças do seu passado escravista,

Raros, muitos foram os trabalhadores que a abolição deixou nos engenhos, a estes ligados pelos hábitos do trabalho ou pelo amor ao lugar em que nasceram. Como era natural, já quase, a todos, repulsa a aquilo tudo que lhe lembrava o passado de cativo humilhante. E, com esse sistema, os proprietários no tempo das plantações, lutam com as maiores dificuldades, em face mais do que a escassez de braços para o trabalho, da incerteza de contar

16

Revista Agrícola nº 5 de 15/03/1905. p 33.

17

FONER, *Nada além da liberdade*, 1988, p. 26

com esses mesmos, no dia de amanhã para estender as suas plantações desenvolvendo-as e melhorá-las¹⁸. (Grifo nosso)

Cientes de que para o liberto o trabalho da lavoura representava empecilhos para a sua inserção social, logo os ex-senhores, colocavam-se no papel de vítimas nesse enredo social, buscando que as autoridades republicanas adotassem medidas que os beneficiassem. É possível perceber, através dos argumentos do articulista que por trás do lamento sobre a escassez da mão-de-obra, por parte dos proprietários agrícolas, que ambos protagonistas desses acontecimentos – ex-senhores e libertos estavam conscientes que as relações de trabalho, já não se processariam conforme a vontade de uma única parte, a do senhor. Nesse contexto, para os libertos, migrarem para outras regiões, ou até mesmo, para fazendas vizinhas, significava “livrar-se das marcas da escravidão”, a fim de destruir a autoridade real e simbólica que os brancos haviam exercido sobre todos os aspectos de suas vidas¹⁹, que era entendido também pelas elites, como um, anseio natural, já o trabalho do eito, lhes lembravam do passado de cativo humilhante. Conduzir suas vidas, pautada em suas escolhas, significava para os ex-escravos maior autonomia e também exercício de sua cidadania.²⁰

A situação Agrícola em Sergipe: a possibilidades de trabalho na Região do Cotinguiba (1910-1912)

Negociar coletivamente com s libertos parece, a luz das fontes citadas anteriormente, ter sido uma situação para qual os ex-senhores se mostravam profundamente despreparados. Mas, esbracejavam a partir dos seus interesses, soluções para o problema da agricultura sergipana. Buscando avaliar a real situação dessa crise,

18

Revista Agrícola de nº 5 de 15/03/ 1905. p 34.

19

Ibid, 1988, p. 70.

20

FRAGA FILHO, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006, p. 348.

lançamos o olhar sobre outras fontes, que nos permitissem avaliar a situação agrícola em Sergipe, mais especificamente no Cotinguiba. Utilizamos para essa finalidade, os dados do Questionário Agrícola referente a Sergipe, entre os anos de 1910 a 1912, referente aos onze municípios que compõem essa região.

Como reiterava o diretor de serviços e inspeção agrícola, Dias Martins, o objetivo do questionário aplicado a nível nacional era “conhecer melhor a nossa agricultura, como a tudo que lhe diz respeito, a fim de habilitarmos com informações verídicas sobre a situação agrícola do país, tão mal julgadas e tão pouco conhecidas”.²¹ Buscavam conhecer as terras, as águas, as aéreas cultivadas e incultas, as culturas e as colheitas, os animais e as pastagens, as construções e os maquinários, os veículos e os transportes, o sistema de trabalho e os salários, as receitas e as despesas. A aplicação do questionário foi iniciativa do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, a fim de defender os interesses da agricultura do Brasil e foi em Sergipe aplicado em (trinta e quatro) municípios.²²

O questionário era composto de (trinta e nove) perguntas e um espaço para notas, que versavam sobre as produções agrícolas, condições de trabalho naturais e climáticas, condições de transportes, créditos agrícola, escolas, alimentação, salários e etc. Buscando melhor avaliar a situação agrícola do Cotinguiba, reduzimos as perguntas do questionário agrícola, para (onze) perguntas e um quadro de notas, a fim de visualizarmos entre esses dados as condições agrícolas e de trabalho em Sergipe nos anos posteriores a abolição.

MODELO QUESTIONÁRIO APLICADO NESSE ESTUDO

1. AGRICULTORES: Condições econômica Agricultores impostos: Agricultores a maior queixa: Agricultores estrangeiros:
2. COOPERATIVAS:

21

IHGS, Acervo Sergipano nº 3690. Questionário sobre a situação agrícola dos municípios. Estado de Sergipe. Tipografia dos serviços de estatísticas, Rio de Janeiro, 1913. p. 3.

22

Ibid.

3. ESTRADAS E PONTES:
4. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO:
5. ESCOLAS:
6. FÁBRICAS:
7. INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS:
8. OPEROSIDADE DA POPULAÇÃO:
9. SISTEMAS DE TRABALHO DE PESSOAL AGRÍCOLA:
10. SALÁRIOS: Trabalhador rural: Administrador de fazenda: Escrivães de fazenda: Cozinheiro: Carpinteiro: Lavadeira:
11. TRANSPORTES:
Notas

TABELA 7 – Questionário agrícola – Cotinguiba. 1910 a 1912.

FONTE: IHGS Acervo Sergipano nº 3690. Questionário sobre a situação agrícola dos municípios. Estado de Sergipe. 1910 a 1912.

Com base nos dados do questionário referente a Região do Cotinguiba podemos ter dois referencias de observação. Em um primeiro momento, buscamos avaliar a situação agrícola dividido e cinco itens, 1) situação agrícola e a principal queixa dos proprietários rurais do Cotinguiba; 2) a situação dos transporte para produções agrícolas; 3) os principais itens de exportação e importação; 4) quais os instrumentos agrícolas eram utilizados; 5) a operosidade de trabalho da população. Os dados apresentados foram os seguintes:

SITUAÇÃO AGRÍCOLA E DE TRABALHO DO COTINGUIBA (1910-1912)

Municípios	Situação Agrícola	Transportes	Exportação e importação	Instrumentos agrícolas	OPEROSIDADE DA POPULAÇÃO:
Aracaju	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Ruins	Exp: Açúcar, Farinha, algodão. Imp: Tecidos, ferragens e alimentos	Enxadas, machados e foices.	Há muitos desocupados.
Capela	Regular	Péssimos	Exp: açúcar, farinha e algodão Imp: tecidos, ferragens e alimentos.	Enxadas, machados, foices e arados.	Laboriosos
Divina pastora	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Ruins	Exp: açúcar, algodão, aguardente e cereais. Imp: alimentos	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.
Japarutuba	Regular	Ruins	Exp: farinha, algodão, açúcar e cereais. Imp: Ferragens.	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.
Laranjeiras	Péssima	Ruins	Exp: açúcar, farinha, algodão e aguardente e sal. Imp: tecidos, ferragens e miudezas.	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

Maruim	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Ruins	Exp: Acucar, farinha e algodão. Imp: tecidos e ferragens.	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.
Riachuelo	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Ruins	Exp: açúcar, aguardente, algodão e farinha. Imp: tecidos, ferragens e miudezas	Enxadas, machados e foices.	Há muitos desocupados.
Rosário	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Ruins	Exp: açúcar, aguardente, algodão e farinha. Imp: tecidos e ferragens.	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.
Siriri	Regular	Péssimos	Exp: açúcar, farinha e algodão. Imp: alimentos e miudezas.	Enxadas, machados, foices e arados.	Laboriosos
Socorro	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Péssimos	Não consta	Enxadas, machados, foices e arados.	Há muitos desocupados.
Santo Amaro	Precária F. de mão-de-obra e crédito agrícola	Péssimos	Exp: Coco. Imp: Tecidos, miudezas e ferragens.	Enxadas, machados e foices.	Há muitos desocupados.

TABELA 8 - Situação agrícola e de trabalho do Cotinguiba (1910-1912).

FONTE: IHGS Acervo Sergipano nº 3690. Questionário sobre a situação agrícola dos municípios. Estado de Sergipe. Região do Cotinguiba. Aplicados em Aracaju – 1 de Junho de 1910; Capela – 23 de outubro de 1912; Divina Pastora – 3 de janeiro de 1912; Japarutuba – 23 de outubro de 1912; Laranjeiras – 12 de fevereiro de 1912; Maruim – 12 de dezembro de 1911; Riachuelo – 3 de novembro de 1911; Rosário – 16 de fevereiro de 1912; Siriri – 27 de outubro de 1912; Socorro – 29 de janeiro de 1912; Santo Amaro – 20 de dezembro de 1912.

Com base na tabela dos (onze) municípios analisados, (oito) deles, apresentaram repostas negativas no tocante a situação agrícola, estes também reiteraram em suas repostas que a lavoura se encontrava de forma precária em função da falta de braços para o trabalho da lavoura e ausência de créditos agrícolas. Apenas três municípios, Capela, Siriri e Japarutuba apresentaram condições regulares. Ou seja, os dados corroboram para confirmar o discurso dos proprietários rurais em que era predominante a crise econômica no estado. Esses dados, se confrontados com a operosidade de trabalho da população, somente os três municípios que apresentaram situação agrícola favorável, responderam que a sua população era *laboriosa*. É importante o cruzamento desses dados, pois, nos discursos apresentados pelos proprietários rurais, os prejuízos da agricultura eram provenientes da falta de mão-de-obra. Forjando-se a imagem de que era a ociosidade do trabalhador livre, que de fato trazia prejuízos para a agricultura.

Outro ponto importante a observar é que mesmo em situações agrícolas precárias, somente (dois) desses municípios, Santo Amaro e Socorro (o qual não constava os dados, o que talvez não signifique que esse município não era agroexportador), nos demais entre

os itens de exportação, o açúcar era predominante, seguido da farinha de mandioca e do algodão. Dado que demonstra que mesmo, em meio a crise esses agricultores garantiram a produção do açúcar, produto que demandava bastante trabalho em sua produção. Então com que mão-de-obra era produzidos tais culturas? Se realmente havia falta de braços para lavoura, com porque esses municípios, mesmo em meio a crise não deixaram de produzir e exportar? Não seria talvez o discurso de falta de mão-de-obra apenas retórica das classes elitistas para submeter os trabalhadores livres ao trabalho compulsório?

Nos itens de importação, predominavam a importação de gêneros alimentícios, tecidos e ferragens. O alto índice de importação de gêneros alimentícios se explica por ser essa região voltada a produção agroexportadora, onde caracteristicamente a produção de alimento de subsistência era feita em escala menor. Com isso, acreditamos que pequenas “roças” cultivadas pelos libertos após a abolição se tornavam fonte bastante rentável, o que permitia a essa população acúmulo de pecúlio, além do provimento de sua subsistência. E em alguns outros municípios, a importação de miudezas, o que acreditamos ser para comercialização, visto que muitos desses municípios possuíam mercados e feiras.

Referente aos transportes e aos instrumentos agrícolas, no primeiro era unanimidade que os transportes em Sergipe era precários. Tanto marítimo, dificultado pelos altos preços das embarcações que faziam o escoamento do açúcar e dos produtos de exportação,²³ quanto o terrestre, com estradas mal curadas e pontes destruídas; em relação a estradas de ferros havia uma em construção, ligando Timbó a Própria, mas, que até esse momento não apresentava benefícios para os agricultores sergipanos. Quanto aos instrumentos agrícolas, era predominante o uso das Enxadas, machados e foices, com exceção de alguns municípios que também já adotavam o uso dos arados para facilitar os trabalhos da lavoura. Entretanto, esses instrumentos ainda eram bastante rudimentar, o

que reforçava a ideia dos membros da Sociedade Sergipana de Agricultura que era preciso modernizar os instrumentos agrícolas.²⁴

Com base nos dados da tabela, inferimos que as respostas fornecidas pelos proprietários agrícolas sergipanos no questionário agrícola de 1910, refletem em suma, os mesmos discursos presentes nos artigos da *Revista Agrícola*, onde a precariedade dos transportes, a falta de braços para o trabalho e a ausência de créditos para lavoura, consistia na trilogia que sufocava e arruinava ainda mais o agricultor sergipano.

Em Sergipe, instalado pela mais urgente e inadiável solução: não temos um metro sequer de Estrada de ferro e somos o único Estado do Brasil que isso acontece (...). Não temos braços para o trabalho, o que além de insuficiente, é caro, irregular e indisciplinado, de modo que só um pouco de imigração para estímulo do trabalhador nacional, poderá melhorar a nossa gravíssima situação nesse particular (...). Não temos crédito agrícola, o Banco do Estado, criado à custa do mais patriótico esforço do governo do Estado. Subscritor de quase todo capital, alias insuficiente, não resolveu absolutamente a questão.²⁵

Em um segundo momento, usamos o questionário agrícola para também avaliarmos as principais atividades laborais dessa região e as faixas salariais fornecidas pelos proprietários rurais. Os salários eram pagos de (três) formas, diário; mensal e anual; as funções eram reguladas de (quatro) formas, *Jornal, Meação, Contratos e Salários*. Entre as funções citadas constam, Trabalhadores rurais, Administradores de fazenda, Escrivães de fazenda, Carpinteiro, Cozinheiro e Lavadeira. (vide tabela 9)

FAIXA DE SALÁRIOS PAGOS NA REGIÃO DO COTINGUIBA (1901-1912)

Municípios	Trabalhador rural	Administrador de fazenda	Escrivães de fazenda	Cozinheiro	Carpinteiro	Lavadeira
Aracaju	1\$000 a 1\$500	Não há.	Não há.	4\$000 d.i	15\$000 m.s	6\$000 a 10\$00

24

Ibid.

25

Revista Agrícola nº 33 de 25/05/1906, p. 313.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

	d.i*					m.s
Capela	1\$000 a 1\$200 d.i	100\$00 m.s**	Não há.	3\$000 d.i	6\$000 a 10\$00 m.s	6\$000 m.s
Divina pastora	1\$000 d.i	60\$00 m.s	Não há.	2\$500 a 3\$000 d.i	10\$00 a 15\$00 m.s	8\$000 m.s
Japaratuba	1\$500 d.i	100\$00 m.s	Não há.	3\$000 d.i	8\$000 a 12\$00 m.s	10\$00 m.s
Laranjeiras	1\$000 d.i	30\$00 a 60\$00 m.s	Não há.	3\$000 d.i	10\$00 m.s	8\$000 m.s
Maruim	1\$000 a 1\$200 d.i	60\$00 m.s	Não há.	3\$000 d.i	10\$00 a 15\$00 m.s	8\$000 m.s
Riachuelo	1\$000 d.i	30\$00 a 60\$00 m.s	Não há.	2\$500 a 3\$000 d.i	10\$00 m.s	8\$000 m.s
Rosário	1\$000 d.i	30\$00 a 60\$00 m.s	Não há.	2\$500 d.i	10\$00 m.s	8\$000 m.s
Siriri	1\$000 a 1\$500 d.i	30\$00 a 50\$00 m.s	Não há.	2\$500 d.i	8\$000 m.s	8\$000 m.s
Socorro	1\$000 d.i	1:000\$00 a.n***	Não há.	3\$000 d.i	10\$00 m.s	6\$000 m.s
Santo Amaro	1\$000 d.i	50\$00 m.s	Não há.	3\$000 d.i	10\$00 m.s	6\$000 m.s

*d.i – Valor diário ** m.s - Valor mensal *** a.n – Valor anual

TABELA 9 – Faixa de salários pagos na Região do Cotinguiba (1910-1912).

FONTE: IHGS Acervo Sergipano nº 3690. Questionário sobre a situação agrícola dos municípios. Estado de Sergipe. Região do Cotinguiba.

Como podemos observar na tabela, transformando todos os dados em valores mensais, os menores salários eram pagos aos carpinteiros que ganhavam 6\$000 a 15\$00 contos de réis e as lavadeiras, que recebiam entre 6\$000 a 10\$00 contos de réis mensais, variando de forma equilibrada os valores pagos a esses trabalhadores em todos os municípios da Região do Cotinguiba. Dentre os salários pagos nessa região o que mais causa surpresa é a profissão de cozinheiro, que se somados as variantes diárias de 2\$500 a 4\$000 contos de réis a valores mensais, respectivamente teríamos uma variação entre 75\$00 a 120\$00 contos de réis mensais, soma bastante alta, se comparados a outras profissões tais como, os administradores de fazendas que recebiam cerca de 30\$00 a 100\$00 contos de réis mensais, que a nosso ver eram profissionais mais valorizados que os cozinheiros, visto que em sua maioria essa função era exercida por ex-escravos ou “pessoas de cor”.

Se compararmos os valores pagos a profissão de cozinheiro aos valores salariais que os trabalhadores rurais recebiam, cerca de 30\$00 a 45\$00 contos de réis mensais, constatamos que os trabalhadores rurais ganhavam apenas ½ dos salários mensais pagos aos cozinheiros. Diante desses valores, ficamos a indagar, quais os motivos que levavam

a esse grupo de trabalhadores obterem vantagens salariais acima dos trabalhadores rurais, forças propulsoras da economia agrícola e até mesmo dos administradores de fazendas? Talvez sirva para tentarmos entender esses dados, as memórias de d. Sinhá, quando no momento da abolição viu-se a beira do desespero sem suas cozinheiras que já não queria empregar-se.²⁶ Talvez, a abolição tenha propiciado que os cozinheiros(as) que aqui preferimos opinar que em sua grande maioria essa atividade era exercida por mulheres, tenham preferido dedicar-se as suas próprias famílias, que antes eram colocadas em segundo plano nos cuidados domésticos por causa de sua condição de cativa, ou até mesmo por rejeição de seus conjugues que cientes dos maus costumes dos seus antigos senhores em violentarem sexualmente as escravas domesticas, preferiam mesmo com a possibilidades de bons ganhos manter longe dos ex-senhores suas esposas. Se por questões, sociais, culturais ou familiares as cozinheiras já não mais queriam servir suas antigas sinhás, a análise dessa fonte nos permitiu vislumbrarmos as faixas salariais pagas aos trabalhadores da Região do Cotinguiba, nos possibilitando analisar as possibilidades de acúmulos de pecúlios e de riquezas por parte das “populações de cor” em Sergipe.

As análises realizadas ao longo desse capítulo, feita através de fontes oficiais e em muitos casos, produzidos pelas elites, nos possibilitou acessar o mundo das relações entre essas classes antagônicas, onde em muitos aspectos as “populações de cor” foram os alvos de insatisfação dos discursos produzidos. Porém, nas entrelinhas ou através do “filtro” do olhar do senhor, podemos perceber como e de que forma, essas populações livres e libertas atuaram como protagonistas de suas próprias histórias, agindo como bem definiu Thompson, sujeitos históricos em constante movimento e participantes ativos de experiências sócias tecidas numa vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.²⁷

26

Ver, ALBUQUERQUE, *Memórias de Dona Sinhá*, 2005. pp 133.

27

Conferir: THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de classe. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Crítica, 1979. Pp. 13-71.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBURQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. Tese de doutorado, UFBA, Ano de Obtenção: 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *A precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. Revista História Social da UNICAMP, n. 19 (2010). P. 34 a 62.
- COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C., REBECCA J. Scott. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, 1988.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia. (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- GOMES, Flávio e Olívia Maria (org.), *Quase-cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.



GOMES, Flávio Santos; NEGRO, Antônio Luigi. “Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, p. 217-240, 2006.

GUIMARÃS, Elione Silva. *Terra e Preto: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe 1850/1930*. Aracaju, Funcaju, 2000.

RIOS, Ana Maria e MATOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. pp. 170-198, 2004.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*, Rio de Janeiro, Paz e